



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten number 6]*

**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL NOVE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

**PRESIDIU:** O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG. ANTÓNIO ALBERTO CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENÇAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE** ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE A PARTIR DO ITEM DOZE, INCLUSIVE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZ HORAS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** DEZ HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS.-----

Reunião : ORDINÁRIA

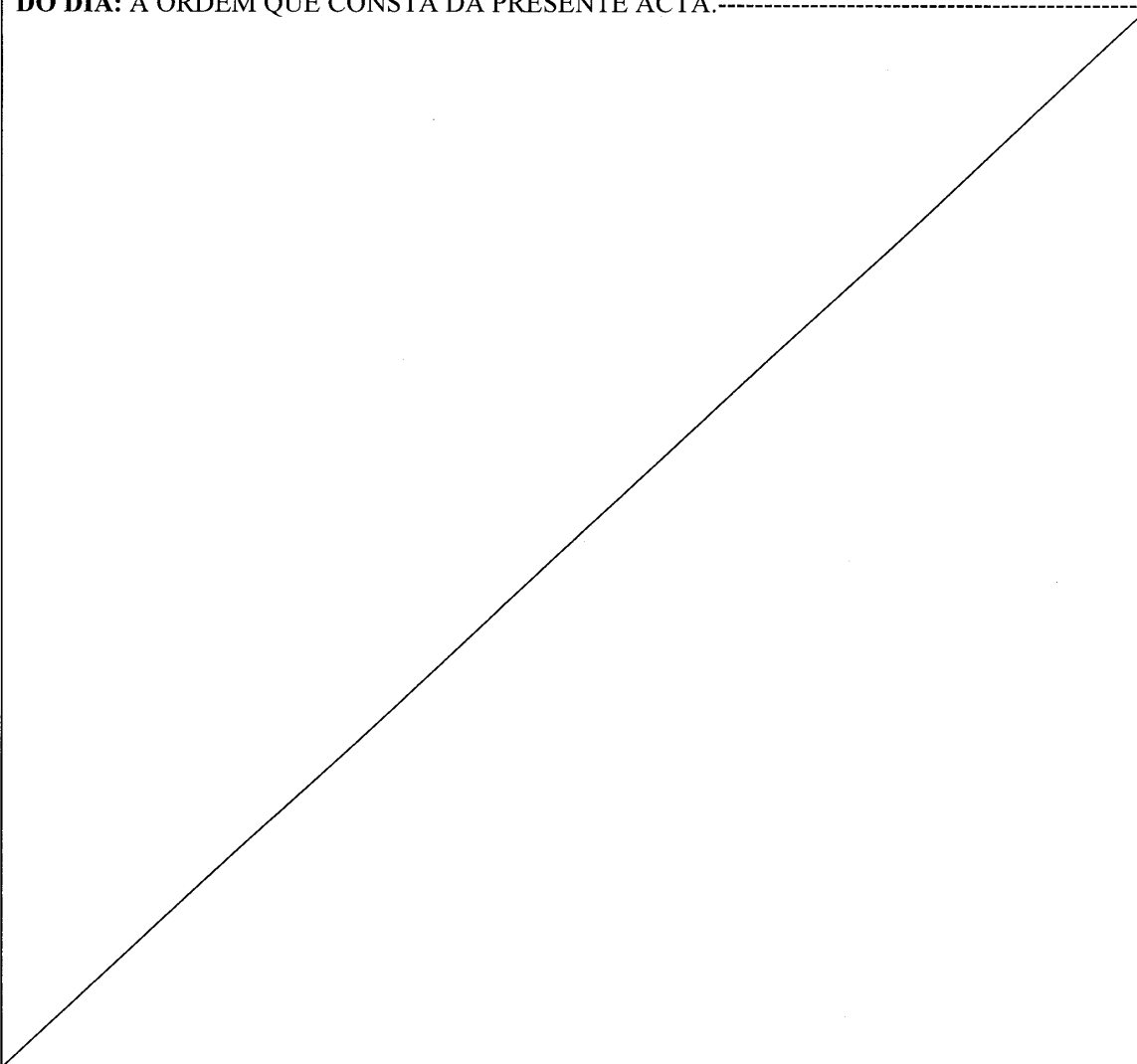


Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 4 Fl. 02  
25 de Fevereiro de 2009

**SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, DIANA PAULA FERREIRA SALGADO.**-----

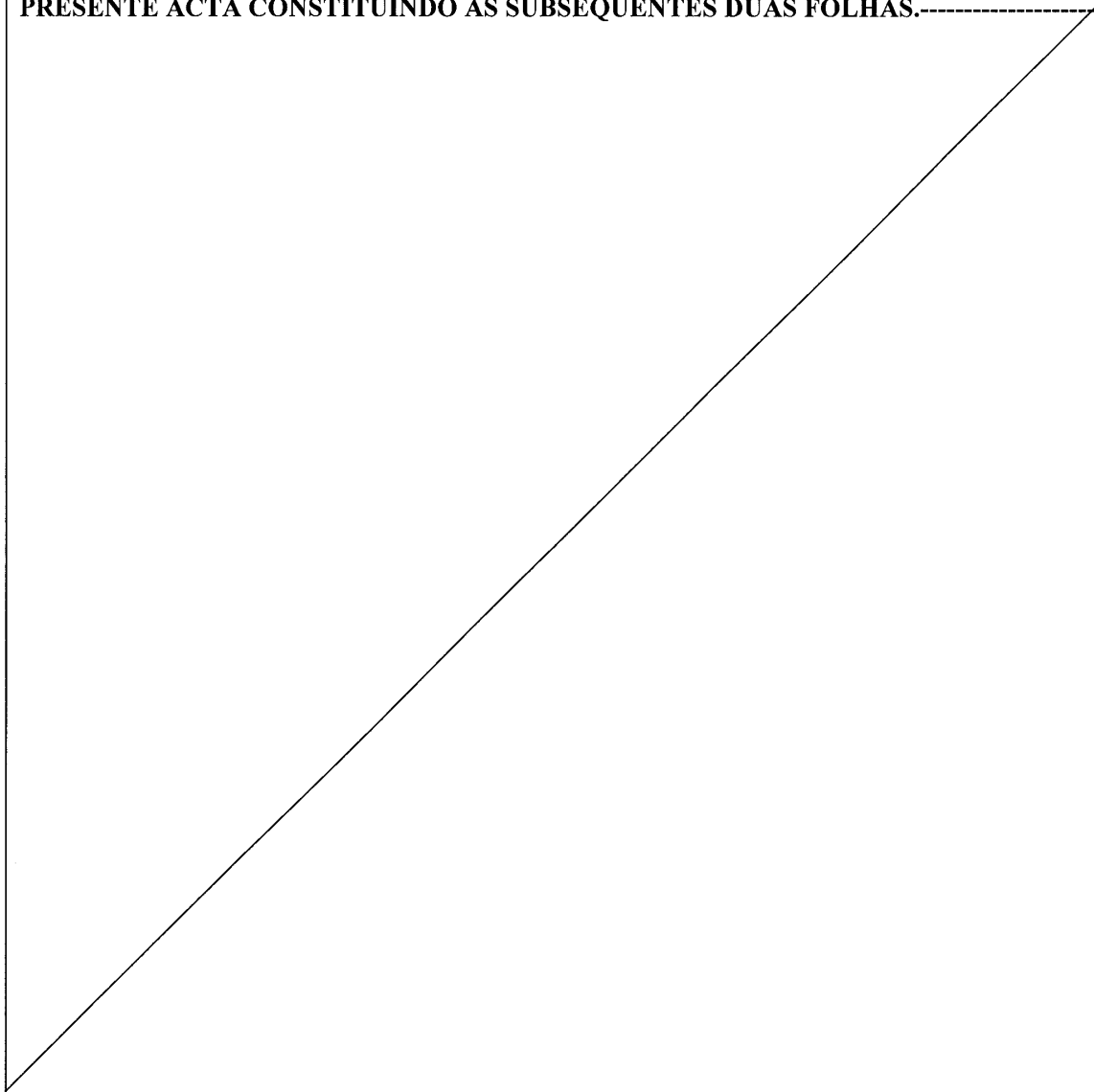
**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.**-----





A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.**-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

04

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25/FEVEREIRO/2009 – ACTA Nº 4**

**ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (11/02/2009)
- 2 – Alteração do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso, Sentido único em trechos das Ruas 25 de Abril, Visconde de Cantim e de Fagilde, na freguesia da Reguenga: Aprovação
- 3 – Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso e respectiva Tabela de Preços: Aprovação
- 4 – Contrato de Prestação de Serviços tendo por objecto o “Fornecimento de Refeições em refeitórios escolares”: Intenção de Rescisão: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 5 - Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e o Grupo de Jovens da Ponte – Rebordões, tendo por objecto a utilização de uma sala do prédio urbano sito na Rua das Tílias – freguesia de Rebordões: Ratificação
- 6 – Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a Sociedade Recreativa Rebordoense, tendo por objecto a utilização de uma sala do prédio urbano sito na Rua das Tílias – freguesia de Rebordões: Ratificação
- 7 – Proposta de celebração de Protocolo entre o município de Santo Tirso e a Sociedade PARQUE-INVEST S.A.: Aprovação da respectiva minuta
- 8 – Constituição de uma servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo no âmbito da empreitada de “Remodelação e ampliação do sistema de drenagem de águas residuais no Vale do Leça – Rede de drenagem de águas residuais à freguesia de Agrela 1ª fase” – Requerimento de declaração de utilidade pública urgente de constituição da referida servidão
- 9 – Proposta de atribuição de subsidio à Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo: Comparticipação nos custos da escultura comemorativa dos 200 anos das invasões francesas



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

05

10 – Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe: Criação de uma residência para ex-toxicodependentes em processo de reinserção: Pedido de subsidio

11 - Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 19 de Fevereiro de 2009

O Presidente,

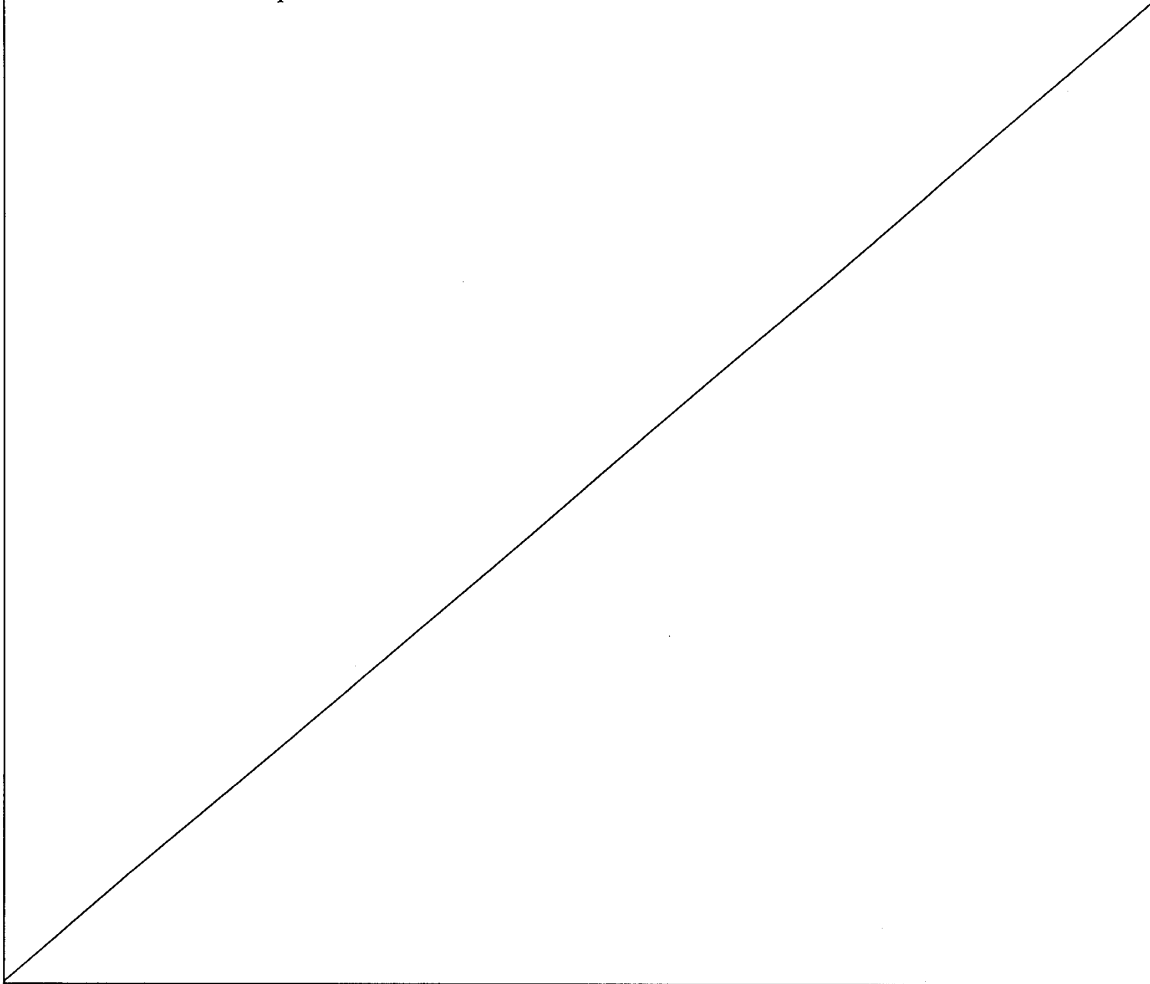


**1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (11/02/2009).-----**

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia onze do corrente mês de Fevereiro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com sete votos a favor.-----





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

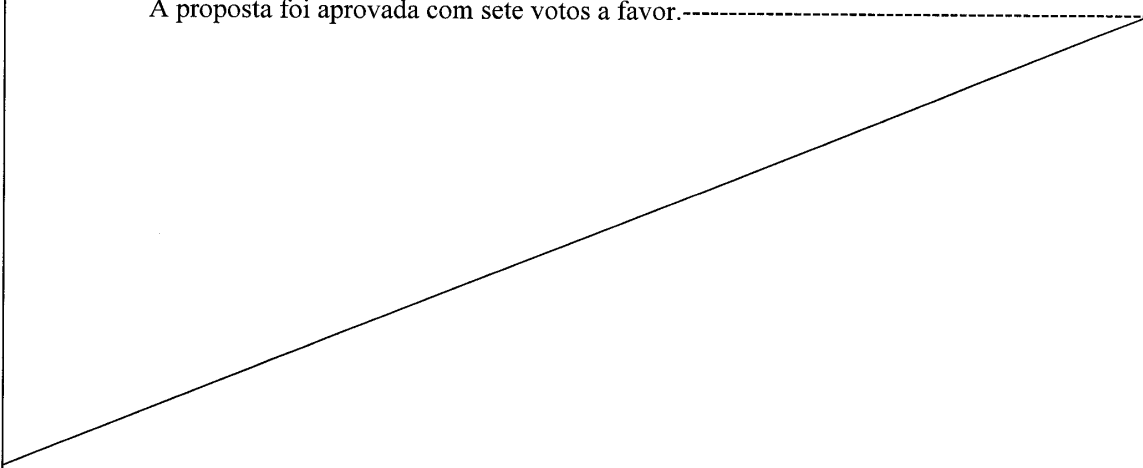
**2. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO  
CONCELHO DE SANTO TIRSO – SENTIDO ÚNICO EM TRECHOS DAS RUAS 25 DE  
ABRIL, VISCONDE DE CANTIM E DE FAGILDE, NA FREGUESIA DA REGUENGA:  
APROVAÇÃO.-----**

Presente informação de vinte e três do corrente mês de Fevereiro, da Divisão de Trânsito, a comunicar que, no período de inquérito público da proposta de alteração ao regulamento acima identificado, aprovada por deliberação camarária de vinte e três de Dezembro último (item dois da respectiva acta) não foram apresentadas quaisquer observações ou reclamações relativamente ao teor das alterações aprovadas.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse remeter à assembleia municipal a proposta de alteração ao regulamento municipal de trânsito acima referida, nos termos que constam da proposta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

A implementação do sentido único na Rua de Fagilde, relativamente ao trecho compreendido entre a Rua 1º de Maio e a Rua da Fábrica apenas terá lugar depois de realizadas as obras previstas para o local pela Junta de Freguesia da Reguenga.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO**

Que ao artigo 7.º, do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso, aprovado pela Assembleia Municipal em 11 de Dezembro de 1996, com a redacção dada por aquele órgão deliberativo nas reuniões de 22 de Setembro de 1997, 26 de Dezembro de 2002, 23 de Setembro de 2003, 28 de Junho de 2004, 14 de Outubro de 2004, 28 de Setembro de 2006, 28 de Junho de 2007 e 27 de Setembro de 2007, seja aditado o seguinte:

**Artigo 7.º - Vias de sentido único**

1 -

*b) – Norte – Sul, ou aproximado:*

**REGUENGA**

"Rua de Fagilde – no trecho compreendido entre a Rua 1.º de Maio e a Rua 25 de Abril"

*c) – Poente - Nascente, ou aproximado:*

**REGUENGA**

"Rua 25 de Abril – no trecho compreendido entre a Rua de Fagilde e a Rua Visconde de Cantim

Rua Visconde de Cantim – no trecho compreendido entre a Rua 25 de Abril e a Rua 5 de Outubro"



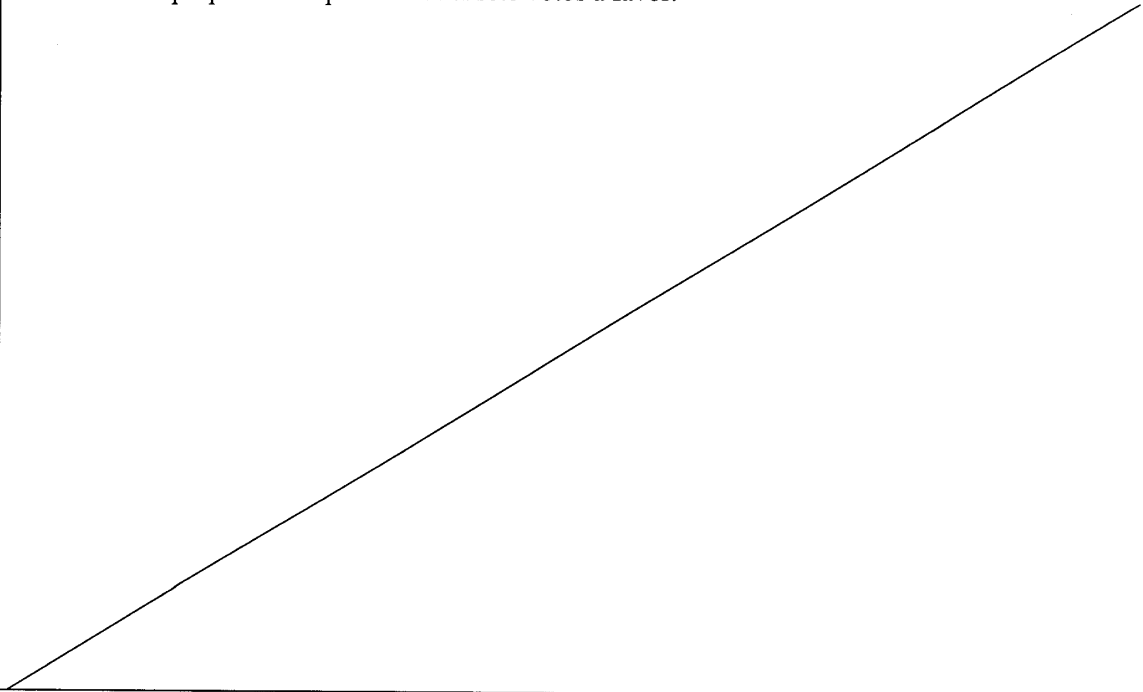


**3. REGULAMENTO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E RESPECTIVA TABELA DE PREÇOS: APROVAÇÃO-----**

Presente informação de dezanove do corrente mês de Fevereiro, da Divisão Jurídica e do contencioso, a comunicar que, no período de inquérito público da proposta de Regulamento acima referido, aprovada por deliberação camarária de vinte e oito de Janeiro findo (item 9 da respectiva acta) não foram apresentadas quaisquer observações ou reclamações relativamente ao teor do referido Regulamento.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse aprovar o referido Regulamento, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por catorze folhas, para entrar em vigor no 1º dia seguinte à data da publicação do respectivo edital no edifício dos Paços do Concelho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



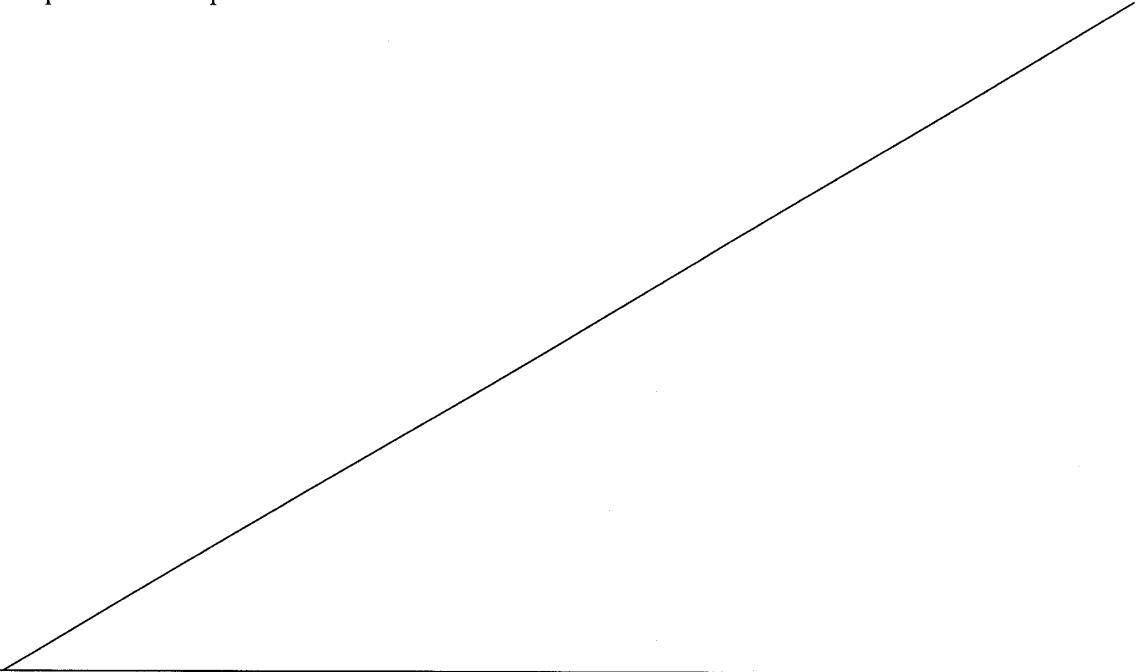


**4. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJECTO O  
“FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES”: INTENÇÃO DE  
RESCISÃO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----**

Presente o despacho do Presidente da Câmara, de treze do corrente mês de Fevereiro, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subseqüentes cinco folhas, que decidiu notificar a adjudicatária do contrato de prestação de serviços em causa, sociedade Lourenço & Nóbrega – Restauração e Catering Lda, da intenção de rescisão do contrato de prestação de serviços celebrado no dia cinco de Janeiro findo (contrato n.º 1/2009), com a fundamentação constante do aludido despacho.-----

O Senhor Presidente submeteu o dito despacho à ratificação do executivo camarário.-----

Após discussão do assunto, a câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o despacho anexo à presente acta.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

## DESPACHO

11

No âmbito do "Concurso público internacional para prestação de serviços no âmbito do fornecimento de refeições em refeitórios escolares", veio a ser adjudicada aquela prestação de serviços à sociedade Comercial "Lourenço & Nóbrega - Restauração e Catering, Lda.", com sede na Quinta do Arcal, Caixa Postal 101, freguesia de Mesquinhata, concelho de Baião e instalações na Rua do Casal, nº351, freguesia de S. Mamede de Recezinhos, daquele concelho, cujo contrato veio a ser celebrado no dia 5 de Janeiro findo.

Contrato esse com início naquela data e termo em 31 de Julho de 2009.

Sucede que, logo após o início da vigência do contrato, foram-se sucedendo inúmeras queixas, por parte de representantes do corpo docente e associações de pais dos estabelecimentos de ensino abrangidos pelo mesmo, relativas ao incumprimento das respectivas cláusulas contratuais, as quais denunciam o inadequado funcionamento dos refeitórios e o fornecimento de refeições em violação das condições estabelecidas no caderno de encargos e proposta da adjudicatária, designadamente das cláusulas 8.1 e 12.1 e 12.3 das cláusulas Jurídicas e Técnicas Gerais e cláusulas 1.1, 1.3, 1.5, 5.1, 5.2, 5.3, 5.5, 5.6, 5.8, 5.10, 6.4, alíneas b), d) e e), 6.5, 6.6 e 8.6 das cláusulas Jurídicas e Técnicas Especiais do Caderno de Encargos.

Entre as queixas apresentadas destacam-se, a título de exemplo, os seguintes factos:

- Quantidade insuficiente dos alimentos (EX. Reclamações apresentadas Escolas EB1/JI do Areal em 12/01/09, 12/01/09 e 15/01/09; EB1 da Ramada em 12/01/09; EB1 da Lama em 19/01/09 e EB1/JI de Sta. Luzia em 30/01/09);
- Má qualidade e mau estado sanitário dos alimentos, nomeadamente carne, peixe e fruta (Ex: Reclamações apresentadas pelas Escolas EB1/JI do Areal em 12/01/09 e 19/01/09; EB1/JI de



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

12

Quintão, Palmeira em 07/01/09; EB1/JI de Sta. Luzia em 21/01/09 e 29/01/09; EB1 da Ramada em 12/01/09);

- Incumprimento das ementas estipuladas (Ex: Reclamações apresentadas pelas Escolas EB1/JI do Areal em 12/01/09; EB1/JI de Quintão, da Palmeira em 07/01/09 e EB1/JI de Sta. Luzia em 30/01/09);

- Ementas pouco variadas (Ex: Reclamações apresentadas pelas Escolas EB1/JI de Sta. Luzia em 30/01/09; EB1/JI de S. Miguel do Couto em 12/01/09);

- Falta de afixação das ementas (Ex: Reclamações apresentadas pelas Escolas EB1/JI da Lama em 19/01/09; EB1/JI do Areal em 12/01/09; EB1/JI da Ramada em 12/01/09 e EB1/JI de Sta. Luzia em 30/01/09);

- Refeições frias (Ex: Reclamações apresentadas pelas Escolas EB1/JI do Areal em 15/01/09 e EB1/JI de Sta. Luzia em 30/01/09);

- Mau acondicionamento e conservação dos alimentos (Ex: reclamação apresentada pela Escola EB1 da Ramada em 12/01/09);

- Utilização de alimentos enchidos na composição das ementas;

- Designação genérica da composição das ementas, tais como "Sopa saloia", "Batata à espanhola", "Carne à bolonhesa", "Pescada à gomes de Sá", "Massa à camponesa", "Jardineira de frango";

- Substituição da fruta pelo doce, enquanto deveriam constar concomitantemente;

- Falta de contratação/pagamento do pessoal referido no processo de concurso;

- Incumprimento dos ratios do pessoal vigilante (nuns estabelecimentos de ensino não existe, como é o caso da Escola EB1/JI de Merouços em reclamação apresentada 28/01/09, noutros é insuficiente, como é o caso das Escolas EB1/JI do Bom Nome);

- Falta de afixação, em cada estabelecimento, dos mapas de pessoal com indicação dos nomes, categorias profissionais e horários de trabalho;

- Falta de indicação a esta Câmara Municipal do período de vigência dos contratos de trabalho;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

13

- Falta de indicação a esta Câmara Municipal da categoria e vencimentos comprovados pelas folhas de desconto para a Segurança social;

- Falta de apresentação da apólice de seguro do pessoal em serviço no refeitório;

- Falta de material, produtos de higiene e limpeza (Ex: Reclamações apresentadas pelas Escolas EB1 do Bom Nome em 13/01/09 e EB1 de Quintão I em 19/01/09);

- Falta de manutenção dos equipamentos (EB1/JI da Reguenga);

- Falta de toalhetes e guardanapos e empacotamento de talheres e pão (Ex: Reclamação apresentada pela Escola EB1/JI de Merouços em 02/02/09);

Factos esses que foram confirmados, em sede de fiscalização, por funcionários desta Câmara Municipal.

Nessa sequência, e sem prejuízo dos contactos telefónicos e pessoais estabelecidos com o legal representante da adjudicatária, veio esta Câmara Municipal, pelos ofícios nºs 2482, 2469 e 2471, de 28 de Janeiro findo, e 4004 de 6 de Fevereiro corrente, a alertar para as situações que foram detectadas, no sentido da sua pronta resolução.

Não obstante aquelas notificações, não veio a adjudicatária a tomar as providências adequadas para assegurar o cumprimento do contrato nem apresentou qualquer motivo justificativo do seu incumprimento.

Face ao exposto e tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que o fornecimento das refeições nas condições actuais não permite que as crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino abrangidos pelo contrato possam dispor de uma refeição condigna;

Considerando que muitas dessas crianças, pela conjectura económica que actualmente se vive, apenas têm possibilidade de dispor de uma refeição completa nas escolas;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

14

Considerando que a atitude passiva e negligente da adjudicatária não garante a qualidade das refeições nem assegura o normal funcionamento dos refeitórios;

Considerando que a situação do incumprimento do contrato não se pode prolongar por muito mais tempo, sob pena de ser posto em causa o interesse público do fornecimento de refeições às escolas em condições satisfatórias, que ao Município, no âmbito das respectivas atribuições no domínio da educação, compete assegurar (artigo 19º, nº3, alínea b) da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro;

Considerando que é necessário tomar uma decisão urgente sobre o assunto e que a próxima reunião do executivo camarário só se encontra agendada para o próximo dia 25 de Fevereiro e que, até lá não é possível reunir extraordinariamente o executivo camarário.

Determino, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 68º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, e em conformidade com o disposto no artigo 100º do Código do Procedimento administrativo, que se notifique a referida Sociedade comercial "Lourenço & Nóbrega - Restauração e Catering, Lda.", na morada das suas instalações, para, no prazo máximo de 5 dias (úteis) a contar da notificação do presente Despacho, se pronunciar, por escrito, sobre a intenção desta Câmara proceder à rescisão do contrato de prestação de serviços no âmbito do fornecimento de refeições em refeitórios escolares celebrado no dia 05 de Janeiro findo, entre aquela sociedade e o Município de Santo Tirso, com efeitos a partir do próximo dia 30 de Março, inclusive.

A decisão de rescisão fundamenta-se, em termos de direito, no disposto nos nºs 1, 2 e 3, alínea b), da cláusula 12ª do referido contrato.

Mais se notifique que, caso a adjudicatária nada venha a alegar em contrário ou os factos alegados não sejam susceptíveis de alterar, em termos de facto ou de direito, a intenção manifestada no presente Despacho será o mesmo convertido em definitivo, com todas as consequências legais.

Advirta-se ainda a interessada de que, conforme dispõem os nºs 5 e 12 da cláusula 12ª do contrato em causa, a sua rescisão,



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

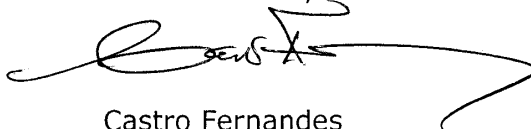
pelos motivos aqui invocados, determina a perda da caução prestada, não dá lugar ao pagamento de qualquer indemnização por parte desta Câmara Municipal e determina a entrega das instalações e equipamentos cuja utilização foi facultada no âmbito daquele contrato, na data em que opera a rescisão (30 de Março).

Informe-se a interessada que o Processo de registo das queixas e relatórios relativos ao funcionamento dos refeitórios encontra-se na Divisão de Educação, onde poderá ser consultado durante o horário de expediente dos serviços.

Remeta-se o presente Despacho à próxima reunião de Câmara para ratificação.

Santo Tirso, e Paços do Concelho, 13 de Fevereiro de 2009

O Presidente,



Castro Fernandes

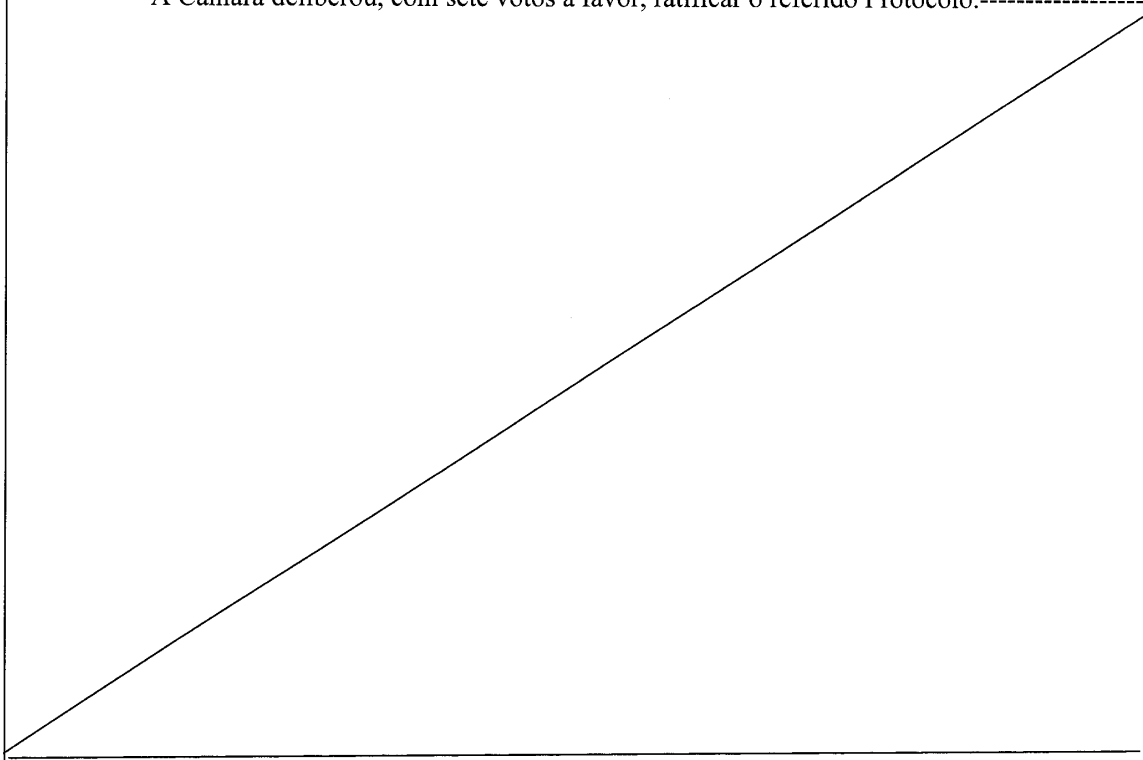


**5. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E O GRUPO DE JOVENS DA PONTE – REBORDÕES, TENDO POR OBJECTO A UTILIZAÇÃO DE UMA SALA DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA DAS TÍLIAS – FREGUESIA DE REBORDÕES: RATIFICAÇÃO-----**

Presente o Protocolo acima referido, celebrado no dia nove do corrente mês de Fevereiro, que tem por objecto, a cedência ao Grupo de Jovens da Ponte, a título gratuito, do direito de utilização de uma sala existente no prédio urbano sito na Rua das Tílias, freguesia de Rebordões, para funcionamento da sede daquele Grupo de Jovens.-----

Anexa-se à presente acta, e dela fica a fazer parte integrante, cópia do aludido Protocolo, o que constitui o Anexo II da mesma, composto por três folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o referido Protocolo.-----







A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.

**6. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E A SOCIEDADE RECREATIVA REBORDOENSE, TENDO POR OBJECTO A UTILIZAÇÃO DE UMA SALA DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA DAS TÍLIAS – FREGUESIA DE REBORDÕES: RATIFICAÇÃO.**-----

Presente o Protocolo acima referido, celebrado no dia nove do corrente mês de Fevereiro, que tem por objecto, a cedência à associação denominada Sociedade Recreativa Rebordoense, a título gratuito, do direito de utilização de uma sala existente no prédio urbano sito na Rua das Tílias, freguesia de Rebordões, para funcionamento da sede daquela associação.-----

Anexa-se à presente acta, e dela fica a fazer parte integrante, cópia do aludido Protocolo, o que constitui o Anexo III da mesma, composto por três folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o referido Protocolo.-----

A large, thin diagonal line drawn across the lower half of the page, starting from the bottom left corner and extending towards the top right corner.

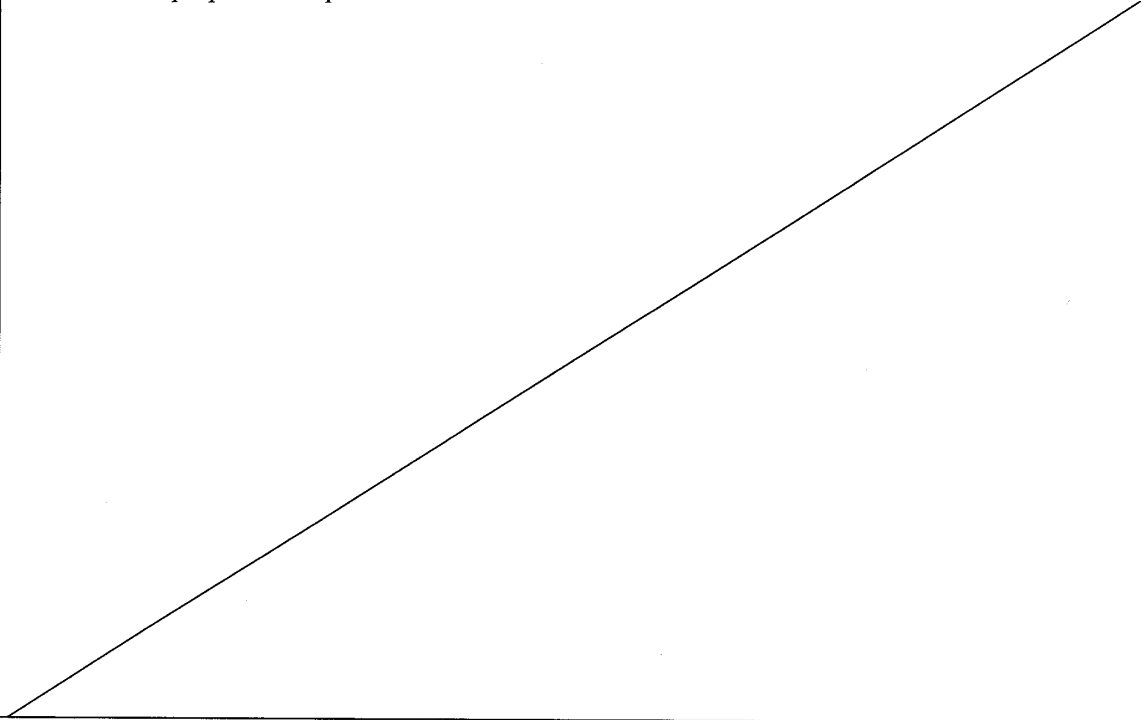


**7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A SOCIEDADE PARQUE-INVEST S.A.: APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA.**-----

Presente uma proposta de Protocolo a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Sociedade PARQUE-INVEST, S.A., tendo por objecto estabelecer os termos em que se desenvolverá, numa primeira fase, a cooperação entre as partes com vista à implementação de um conceito de carácter estratégico de âmbito empresarial para o espaço denominado “Fábrica do Teles”, de forma a valorizar a revitalizar a estrutura económica e social do concelho de Santo Tirso.-----

Anexa-se à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, a minuta do aludido Protocolo, o que constitui o Anexo IV da mesma, composto por seis folhas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





**8. CONSTITUIÇÃO DE UMA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO VALE DO LEÇA – REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS À FREGUESIA DE AGRELA 1ª FASE” – REQUERIMENTO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA URGENTE DE CONSTITUIÇÃO DA REFERIDA SERVIDÃO.-----**

Presente informação de dezoito do corrente mês de Fevereiro, da Divisão Jurídica, registada sob o número dois mil quatrocentos e noventa e cinco, a dar conhecimento que no âmbito da execução da obra de “Remodelação e ampliação do sistema de drenagem de águas residuais no Vale do Leça – Rede de drenagem de águas residuais à freguesia de Agrela 1ª fase” torna-se necessário proceder à instalação de um colector de drenagem de águas residuais e respectivas caixas de visita num prédio rústico sito no lugar do Peso, freguesia de Agrela, conforme se ilustra na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

Para o efeito, terá o Município de Santo Tirso de constituir uma servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo sobre o referido prédio.-----

Contactado o respectivo proprietário não foi possível chegar a acordo com o mesmo quanto às condições da servidão a constituir, nomeadamente quanto ao montante da indemnização a pagar.-----

Face ao exposto, e porque se afigura imperiosa a conclusão da referida obra, nomeadamente para permitir a entrada em funcionamento da rede de drenagem de águas residuais da freguesia de Agrela, que já se encontra executada a montante da intervenção em causa, numa área de 2.500 m, o Senhor Presidente propôs o seguinte:-----

a) Requerer, ao abrigo do disposto nos arts. 8º, n.º 3, e 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, artigos 1º e 2º do Decreto – Lei 34021, de 11 de Outubro de 1944 e art.64º, n.º 7, alínea c), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, ao Secretário de Estado Adjunto e da



Administração Local a declaração de utilidade pública da constituição urgente de servidão administrativa para instalação de um aqueduto público subterrâneo de drenagem de águas residuais e respectivas caixas de visita sobre um prédio rústico, denominado Campo do Peso, sito no Lugar do Peso, freguesia de Agrela, concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte com Ismael Alves Carneiro, de Sul com Caminho, de Nascente com António Carneiro Bito e de Poente com Carlos Pires Moreira da Costa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 29297 (vinte e nove mil duzentos e noventa e sete) e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 641 (seiscentos e quarenta e um), que é propriedade de José Vale Ribeiro e mulher Maria Luísa Barbosa Poças, casados em regime de comunhão geral de bens, residentes na Rua de S. Pedro, n.º 1251, freguesia de Agrela, deste Concelho.-----

A referida servidão será a constituir numa extensão de 90 m (noventa metros) de comprimento e 3m (três metros) de largura, conforme consta da referida planta.-----

A referida servidão consiste na instalação de um colector com 20 cm de diâmetro, numa faixa de 3 metros de largura (1,50m para cada lado a contar do eixo do colector), a uma profundidade que varia entre os 1,35m e 2,75m e respectivas caixas de visita (4).-----

A área a afectar à servidão é de 270 m<sup>2</sup> (duzentos e setenta metros quadrados).-----

A área a ocupar para execução dos trabalhos de instalação do colector e respectivas caixas de visita é de 10 metros de largura (5 metros para cada lado a contar do eixo do colector) e o período estimado para a execução daqueles trabalhos é de trinta dias.-----

De acordo com o relatório de perito da lista oficial o montante da indemnização a pagar pela constituição da referida servidão administrativa nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 8º do Código das Expropriações é de 2.835,00 € (dois mil oitocentos e trinta e cinco euros), e será suportado pelo Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, encontrando-se já cabimentada a respectiva quantia, conforme consta da deliberação do respectivo Conselho de Administração de quatro do corrente mês de Fevereiro.-----



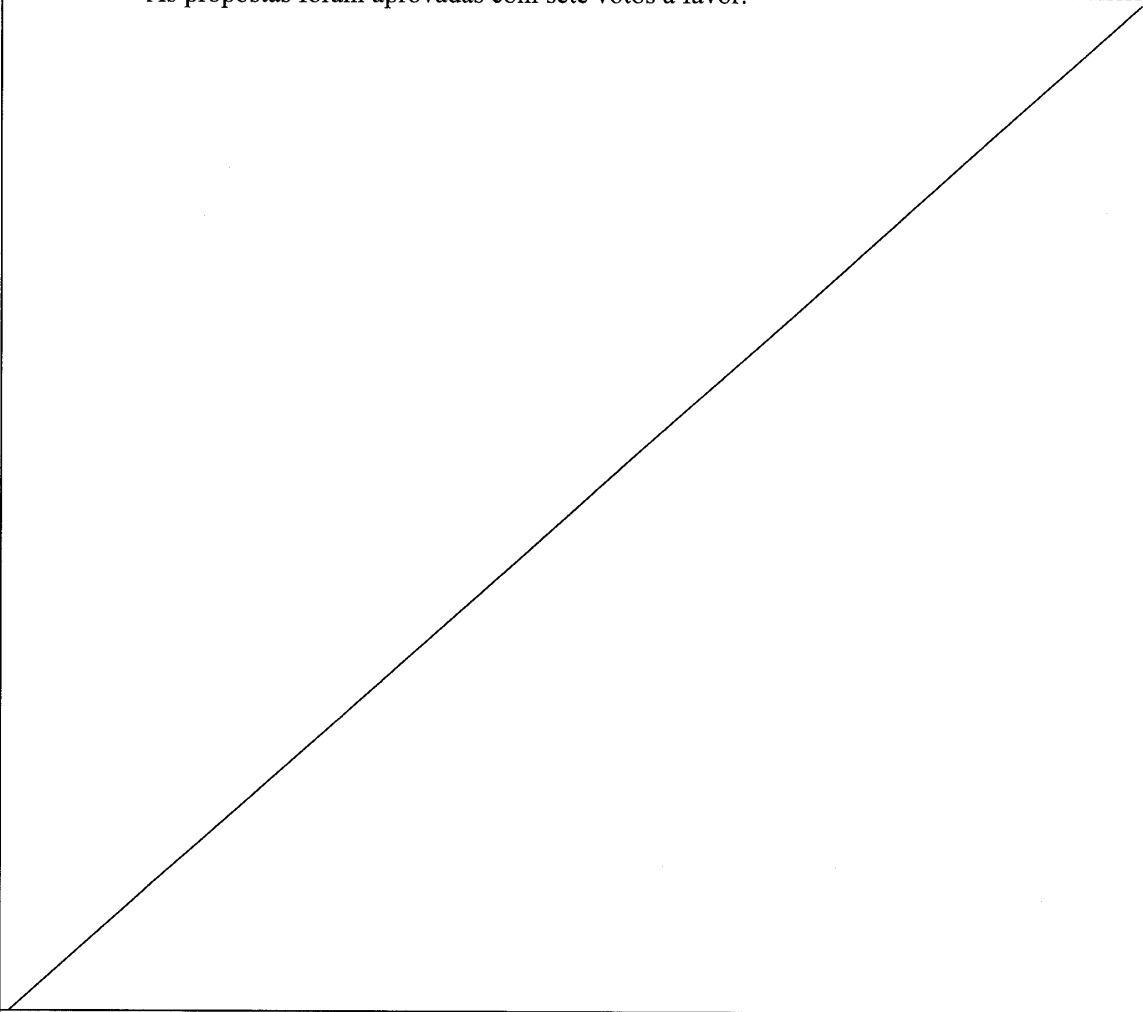
A handwritten signature in the top right corner of the page.

A handwritten signature in the top right corner of the page.

De acordo com o previsto no PDM, o prédio a onerar situa-se na Reserva Agrícola Nacional, não tendo assim potencialidade construtiva.-----

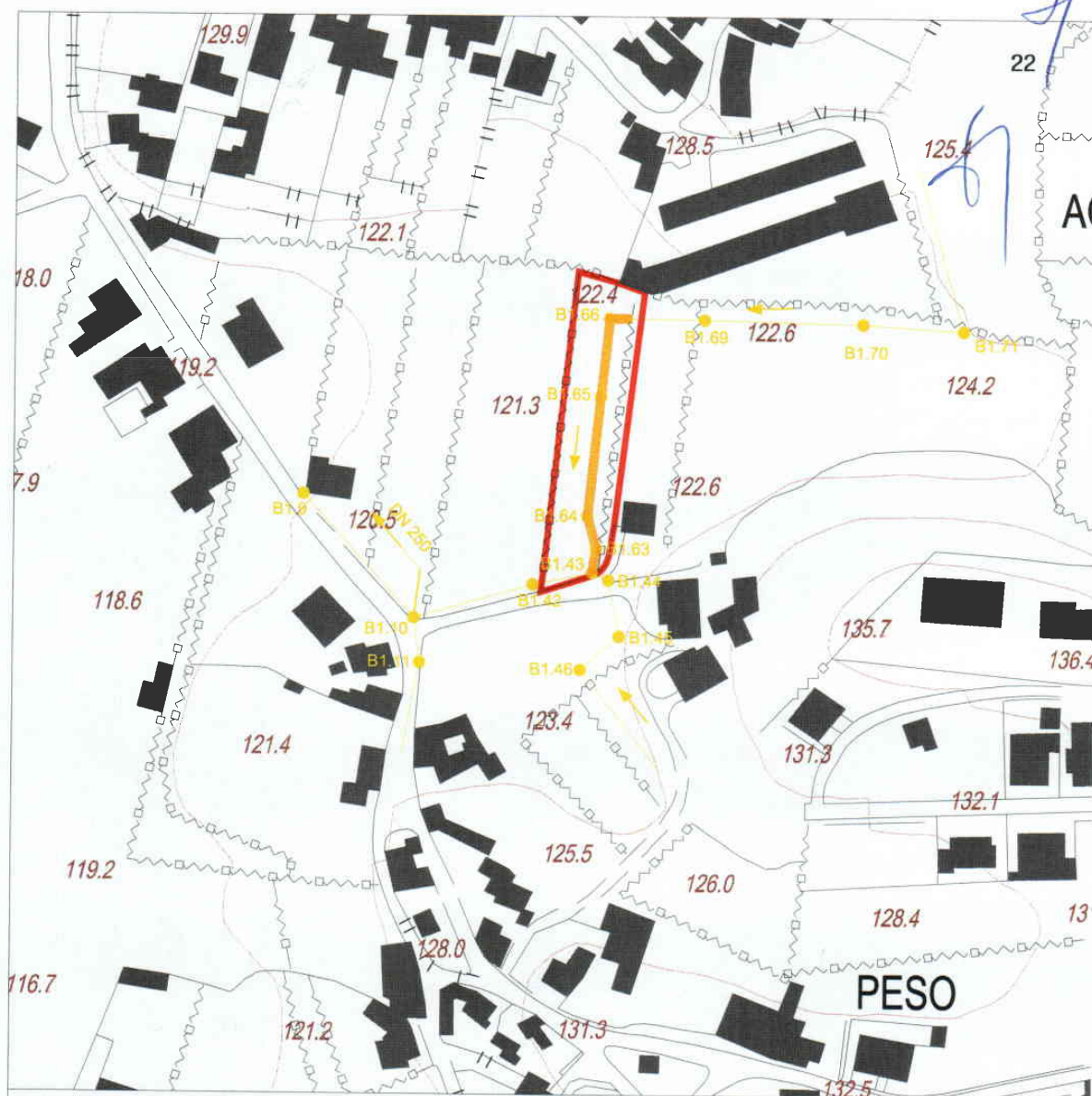
b) Aprovar as condições de execução do colector público de drenagem de águas residuais nas condições constantes das plantas que se anexam à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos V e VI da mesma.-----

As propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----





Desenho Assistido por Computador - Autodesk AutoCAD MAP 2005 - Licenciado à Câmara Municipal de Santo Tirso com a Lic. N.º 342-04940448



**LEGENDA:**

**Parcela 5**  
**Proprietários: José Vale Ribeiro**

**Limite do prédio**

POSTGRADUATE STUDY

Servidão:  
- Extensão: 90.00ml  
- Largura: 1,50m para cada lado do eixo  
- Área: 270.00m<sup>2</sup>

## Confrontações

Norte: Ismael Alves Carneiro  
Sul: Caminho  
Nascente: Antônio Carneiro Bito  
Poente: Carlos Pires Moreira da Costa



Departamento de Planeamento e Habitação  
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

## Remodelação e Ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais

### Restantes Freguesias do Vale do Leça - Agrela

Planta Cadastral para estabelecimento de servidão - Parcela 5

01

1/2000      Fev.2009



**9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE S. MARTINHO DO CAMPO: COMPARTICIPAÇÃO NOS CUSTOS DA ESCULTURA COMEMORATIVA DOS 200 ANOS DAS INVASÕES FRANCESAS.-----**

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo solicitou uma comparticipação da câmara municipal nos custos da construção de uma escultura comemorativa dos 200 anos das invasões francesas, a localizar na Ponte de Negrelos:-----

Foi escolhido o escultor Henrique Richard Zangger, residente em S. Mamede de Negrelos;-----

O custo do trabalho de concepção da escultura é de 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros);-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo um subsidio no montante de 4.250,00 € (quatro mil duzentos e cinquenta euros), pagando-se desde já o montante que se mostrar necessário para o material, de modo a que a Junta de Freguesia possa efectuar o respectivo adiantamento ao escultor, e o restante a pagar depois de colocada a escultura.-----

A base da escultura será executada pela Divisão de Serviços Gerais desta câmara municipal.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Handwritten signature and initials.

**10. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE: CRIAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA PARA EX-TOXICODEPENDENTES EM PROCESSO DE REINserÇÃO: PEDIDO DE SUBSIDIO.-----**

Presente ofício de quatro de Novembro último, da Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, registado com número dezassete mil seiscentos e setenta, a solicitar o apoio da câmara para a implementação do Projecto “Códigos de Vida”, que tem por objectivo a reinserção da toxicod dependência abstinentes, promovendo a aquisição de competências sociais e pessoais, sensibilizar a sociedade no sentido de facilitar este processo e criar condições facilitadoras para a sua inserção profissional.-----

Para o efeito, pretende aquela Associação criar uma habitação de transição, situada na Rua dos Casais, n.º 575, S. Tiago da Carreira, para o que necessitam do apoio da câmara através da medida autárquica de subsidio ao arrendamento.-----

O expediente vem informado pela Divisão de Acção Social, que propõe a atribuição de um subsidio anual à Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, no montante de 3.600,00 € (três mil e seiscentos euros), para apoio ao arrendamento da referida habitação.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal, na qualidade de parceiro do Programa de Respostas Integradas, promovido por duas instituições do concelho, Cruz Vermelha e a identificada Associação, Programa esse que foi aprovado pelo Instituto da Droga e Toxicod dependência, deliberasse atribuir à Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe um subsidio anual no montante de 3.600,00 € (três mil e seiscentos euros) para apoio ao arrendamento da referida habitação.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes assuntos:-----

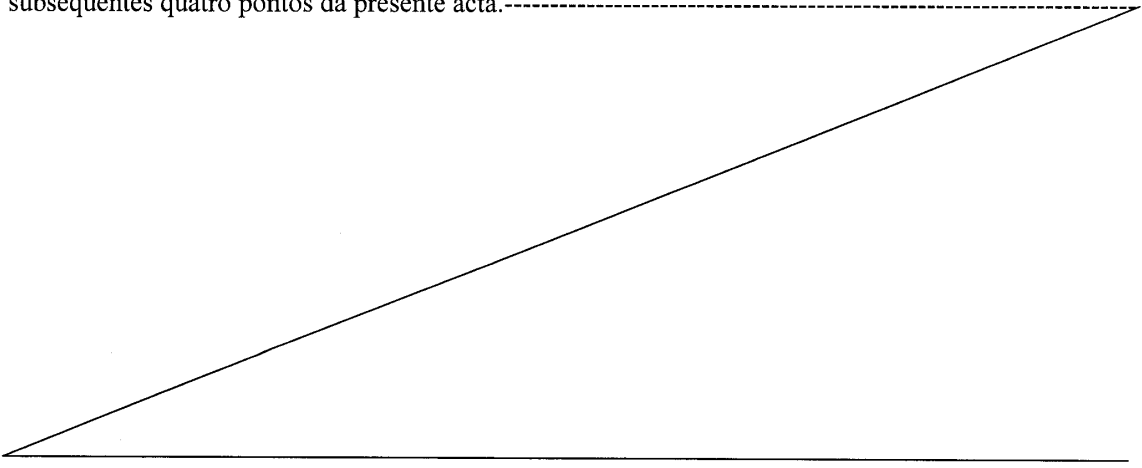
- **Proposta de atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior: Ano Lectivo 2008/2009.**-----

- **Proposta de atribuição de subsídios para ajudar a custear as despesas com o prolongamento dos horários nos Jardins de Infância: Rectificação da deliberação camarária de onze do corrente mês de Fevereiro (item 6 da respectiva acta).**-----

- **Acordo de Cooperação celebrado entre o Município de Santo Tirso, a Direcção Regional de Educação do Norte e o Centro Regional de Segurança Social do Norte, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar: Manutenção para o Ano Lectivo 2007/2008: Ratificação**-----

- **Parque de lazer de Água Longa: Reconhecimento de interesse público.**-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre os referidos assuntos, os quais passam a constituir os subsequentes quatro pontos da presente acta.-----





**11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR: ANO LECTIVO 2008/2009.**-----

Presente informação de dezassete do corrente mês de Fevereiro, da Divisão de Educação, registada com o número dois mil quatrocentos e quarenta e sete, a remeter a proposta de atribuição de bolsas de estudo a alunos que frequentam o ensino superior no ano lectivo dois mil e oito/dois mil e nove.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a Câmara deliberasse atribuir aos alunos abaixo identificados uma bolsa de estudo no montante mensal de 90,92 € (noventa euros e noventa e dois cêntimos).-----

O valor da bolsa de estudo é pago mensalmente, durante dez meses, correspondendo o primeiro mês de atribuição ao mês de início do ano lectivo em curso.-----

**AOS CANDIDATOS QUE FORAM CONTEMPLADOS NO PASSADO ANO LECTIVO E TRANSITARAM PARA O 3º ANO DE BOLSA DE ESTUDO**-----

1º - Hélder Filipe Martins Ribeiro-----

2º - Aida Marlene Ferreira Soeiro-----

3º - Luís Manuel Moura Neto-----

**AOS CANDIDATOS QUE FORAM CONTEMPLADOS NO PASSADO ANO LECTIVO E TRANSITARAM PARA O 4º ANO DE BOLSA DE ESTUDO**-----

1º - Quitéria Juliana Correia Roriz-----

2º - Filipe André Moura Lima-----

**AOS CANDIDATOS QUE FORAM CONTEMPLADOS NO PASSADO ANO LECTIVO E TRANSITARAM PARA O 5º ANO DE BOLSA DE ESTUDO**-----

1º - Virgínia Neto Matos de Figueiredo-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



**12. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA AJUDAR A CUSTEAR AS DESPESAS COM O PROLONGAMENTO DOS HORÁRIOS NOS JARDINS DE INFÂNCIA: RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE ONZE DO CORRENTE MÊS DE FEVEREIRO (ITEM 6 DA RESPECTIVA ACTA).-----**

Presente informação da Divisão de Educação, de dezanove do corrente mês de Fevereiro, registada com o número dois mil quatrocentos e setenta e oito, a comunicar que a designação de algumas entidades beneficiárias do subsidio deliberado pela aludida deliberação camarária está errado, solicitando a rectificação da respectiva deliberação.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse rectificar a aludida deliberação camarárias, nos seguintes termos:-----

Onde se lê “- *Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Ermida*” deve ler-se “- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola EB1/JI de Ermida – Santo Tirso”-----

Onde se lê “- *Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Sequeirô*” deve ler-se “- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária Nº 1 de Sequeirô”-----

Onde se lê “- *Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Areias*” deve ler-se “- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Igreja Areias”-----

Onde se lê “- *Associação de Pais e Encarregados de Educação do Ensino Pré e Primário da Escola de Quintão – Palmeira*” deve ler-se “Associação de Pais e Encarregados de Educação do Ensino Pré e Primário da Palmeira Santo Tirso”-----

Após discussão e antes do período de votação compareceu à reunião a Dra. Mafalda Sofia Roriz de Oliveira Brás.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



**13. ACORDO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, A DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE E O CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL DO NORTE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: MANUTENÇÃO PARA O ANO LECTIVO 2007/2008: RATIFICAÇÃO.-----**

Presente ofício de vinte e três de Janeiro findo, da Direcção Regional de Educação do Norte, registado com o número mil quinhentos e cinquenta e três, a remeter, de harmonia com o disposto no n.º 2 da Cláusula VIII do Acordo de Cooperação acima identificado, aprovado pela Câmara Municipal de Santo Tirso em reunião ordinária de quatro de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove, e com o despacho conjunto dos Secretário de Estado da Segurança Social e Secretário de Estado da Educação, de dezoito de Junho último, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 138, de 18 de Julho de 2008 (despacho conjunto n.º 19221/2008), o Anexo àquele Acordo de Cooperação para o ano lectivo de 2007/2008, referente à comparticipação financeira do Estado para funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, designadamente refeitórios escolares, prolongamentos de horários e pagamento dos vencimentos do pessoal auxiliar de acção educativa.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação do executivo camarário sua decisão de manutenção para o ano lectivo de 2007/2008 do Acordo de Cooperação acima identificado e de aceitação das condições constantes do aludido Anexo, do qual se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VII da mesma, composto por onze folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar a decisão do Presidente da Câmara.



**14. PARQUE DE LAZER DE ÁGUA LONGA: RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO.**-----

Presente informação da Divisão de Planeamento Ambiental e Valorização da Paisagem de doze de Fevereiro corrente, a remeter proposta de implantação de um parque de lazer junto à Ribeira do Pisão (afluente do Leça), no terreno sito no Lugar de Sobradelo, freguesia de Água Longa, adquirido, para o efeito, por este Município por escritura pública datada de vinte e um de Março de dois mil e seis, para reconhecimento do interesse público da pretensão, a título de instrução do pedido de parecer da Comissão Regional de Reserva Agrícola Nacional de Entre Douro e Minho, dado se tratar de ocupação de solo integrado na Reserva Agrícola Nacional.-----

Considerando que a referida proposta assenta na requalificação de um espaço ribeirinho, com recurso a novas espécies arbóreas e percursos pedonais, para fruição da população local e outros visitantes;-----

Considerando que se pretende contribuir para a consolidação da estrutura ecológica municipal;-----

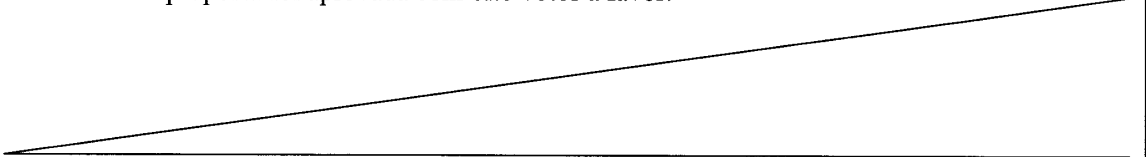
Considerando que ao potenciar a valorização deste tipo de espaços e a fruição dos recursos naturais, evita-se o abandono e a degradação das margens dos ribeiros;-----

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do ambiente e tempos livres;--

Considerando que a pretensão de alguma forma se insere na utilização estabelecida no PDM do concelho de Santo Tirso;-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal, deliberasse, para efeitos do disposto na alínea d) do nº2 do artigo 9º do DL nº 196/89, de 14 de Junho, reconhecer o interesse público da implantação do referido parque de lazer.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



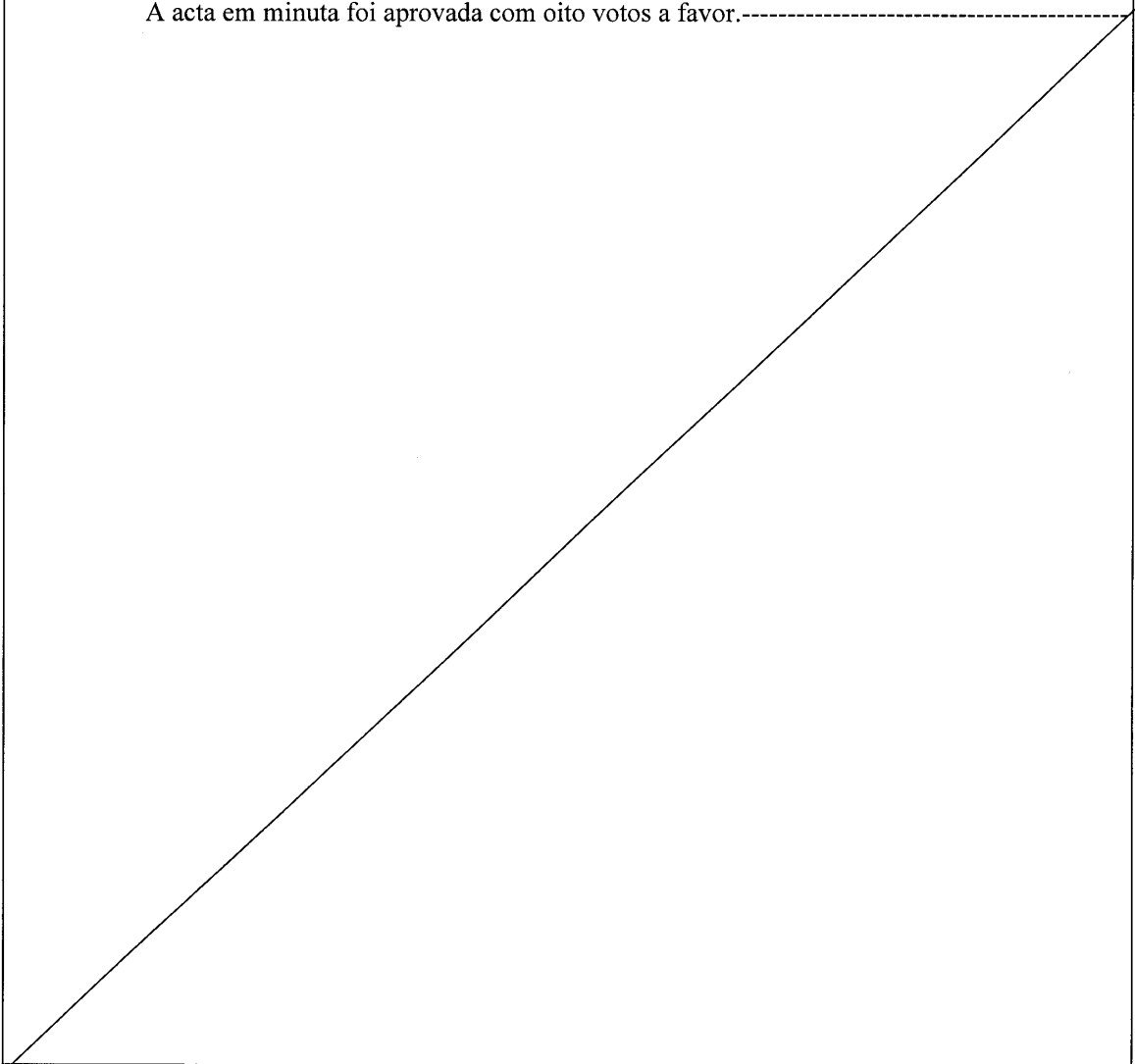


*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta em minuta foi aprovada com oito votos a favor.-----





**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: dez horas e trinta e cinco minutos, sem público assistente.--

E para constar se lavrou a presente acta que tem trinta e uma folhas e sete anexos (Anexo I relativo ao item três, Anexo II relativo ao item cinco, Anexo III relativo ao item seis, Anexo IV relativo ao item sete, Anexo V relativo ao item oito, Anexo VI relativo ao item onze e Anexo VII relativo ao item catorze, compostos por catorze, três, três, seis, uma, uma e onze folhas, respectivamente, todas rubricadas por mim e pelo Presidente da Câmara) apenas utilizadas no anverso, que eu

*Diana Paula Femeias Salgado*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ACTA.**-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 11/03/2009 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas vinte e três da respectiva minuta).-----

A Secretária, *Diana Paula Femeias Salgado*